

Nosso Sagrado: combate ao racismo religioso

Mãe Nilce de Iansã¹, Maria Helena Versiani², & Mario Chagas³

Our sacred: fighting religious racism

I. Pedimos a bênção do povo de santo e de todos que nos leem

Laroyê Exu! Acompanhando Mãe Nilce de Iansã, coautora deste artigo, saudamos⁴ e pedimos licença a Exu, o senhor dos caminhos e da comunicação, aquele que vem sempre à frente e nos diz por onde seguir. Laroyê Exu!

Este artigo discute o racismo religioso. Em perspectiva crítica adiantamos que, em nosso entendimento, as categorias racismo religioso e intolerância religiosa são muito diferentes.

O verbo tolerar tem, entre outros, o sentido de aceitar, suportar algo com resignação, consentir sem reclamar, aceitar apesar do incômodo. Tolerar implica uma passividade, uma aceitação passiva, um recuo emocional. É possível tolerar a dor, sem reclamar; é possível tolerar a presença de uma pessoa inconveniente, sem reclamar; é possível tolerar, sem respeitar.

Por esta senda, compreende-se que uma empreitada para combater a intolerância religiosa, por exemplo, é bastante frágil do ponto de vista conceitual, social e político, uma vez que combater a intolerância significa investir na tolerância. E a tolerância não implica mudança, não envolve reparação, não opera no campo dos direitos, dos deveres e das conquistas, envolve apenas aceitação formal e muitas vezes hipócrita. Não é demais lembrar as famosas “casas de tolerância”, que a rigor, eram casas de prostituição, toleradas, admitidas e frequentadas, ainda que não respeitadas, pelas pessoas ditas de bem.

Uma campanha contra o racismo religioso é muito diferente e envolve compreensões e práticas diferentes. O enfrentamento e o combate ao racismo religioso implicam disposição para a luta cotidiana, implicam a atenção para a percepção do racismo no dia-a-dia e a mobilização social para o combate coletivo ao racismo. É preciso colocar em destaque que são principalmente os povos indígenas, os povos das religiões de matriz afro-brasileira, particularmente do candomblé e da umbanda, que têm sido alvo dos crescentes ataques racistas, tanto às pessoas individualmente, quanto às instituições, aos templos e aos territórios sagrados.

O racismo religioso está presente nas ruas, nas favelas, nos condomínios de luxo, nas escolas, nas universidades, nos hospitais, nos museus, nas prisões e em algumas igrejas que se vestem com pele cristã. O racismo religioso também está presente nas redes sociais, nas denominadas *fake news*, aquelas mensagens e notícias que disseminam desinformações, alarmes falsos e mentiras, que tentam se aproveitar dos momentos de fragilidade individual e social⁵ para disseminar e impulsionar a ignorância, o ódio, a raiva, o rancor e a violência.

¹ Ilê Omolu Oxum, São João de Meriti, RJ, Brasil. Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro).

² Museu da República/Ibram, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora integrante do Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro-IERJ. <https://orcid.org/0000-0002-7135-5242>, Email: mversiani3@gmail.com

³ Comitê Internacional de Museologia Social (SOMUS-IC). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, <https://orcid.org/0000-0003-0232-4757>, Email: pmariosc@gmail.com

⁴ Considerando que somos duas autoras e um autor e considerando que entre nós encontra-se Mãe Nilce de Iansã, optamos, no presente artigo, pelo uso da primeira pessoa do plural e por uma linguagem que se aproxima da oralidade que, a rigor, é própria dos terreiros.

⁵ A catástrofe ambiental que se abateu sobre o estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, produziu um forte movimento de solidariedade nacional, mas também foi surfada por racistas oportunistas que tentaram atribuir a catástrofe à

Racismo religioso é crime. Trata-se de um crime que transgride todos os limites democráticos, republicanos, humanistas, ambientalistas e dos direitos humanos; trata-se de um crime praticado por pessoas concretas, que agem para destruir a vida, a memória, a história, as expressões culturais do povo afro-ameríndio e de tudo o mais que seja parte desse nosso legado civilizatório⁶.

No Brasil, nossos templos, terreiros e territórios estão sendo atacados e destruídos. Somos expulsos de nossas comunidades e até mesmo impedidos de usar as nossas indumentárias e os nossos fios de conta⁷, apesar de termos este direito garantido na Constituição Federal.

O direito de professar a nossa fé está ameaçado e também está ameaçada a integridade física dos nossos corpos⁸. O racismo religioso aqui é entendido como uma categoria de pensamento que nos ajuda a compreender a sociedade brasileira e a reconhecer a sua manifestação nas instituições e nos indivíduos. Quando se compreende a categoria racismo religioso, entende-se que ele está presente no trabalho cotidiano, nos transportes coletivos, nas ruas, no comércio, nas escolas, nas catástrofes ambientais e climáticas, nas pandemias, nos museus e nos ambientes familiares. Mas, em todos esses casos não é, em nosso entendimento, a estrutura da sociedade (em abstrato) que deve ser responsabilizada, mas sim o indivíduo ou o coletivo praticante do racismo.

A nossa saúde física e mental está ameaçada. Vivemos na iminência de ser atacados e humilhados publicamente, a qualquer tempo, em qualquer lugar. A ameaça é ampliada, caso carreguemos conosco algum símbolo que denote a nossa fé.

Por tudo isso, agradecemos a todos os orixás que não abandonam a nossa luta. Agradecemos aos nossos ancestrais que trilharam um caminho tão difícil para que chegássemos até aqui, sendo quem somos. A luta contra o racismo religioso vem de muito longe e continuamos aprendendo a lutar. Precisamos continuar lutando e resistindo, mas precisamos também focar na transformação deste cenário, tendo no horizonte a paz. Que Oxalá esteja conosco!

II. Não é possível prender o que não cabe na prisão

Nos primeiros anos da república, na cidade do Rio de Janeiro, eram frequentes as violações policiais em terreiros de candomblé e umbanda, invariavelmente em nome da ordem e da saúde pública. Mães e pais de santo foram perseguidos e os seus objetos sagrados sequestrados. Invasões súbitas nos terreiros interrompiam os momentos de culto e de comunhão espiritual, em aberto desrespeito aos seus praticantes.

Tudo acontecia com base na imputação caluniosa de preceitos do Código Penal de 1890 e, posteriormente, do Código Penal de 1940, nos quais as religiosidades afro-brasileiras eram associadas às práticas de curandeirismo, charlatanismo, uso ilegal da medicina, entre outros enquadramentos moldados no preconceito, no corporativismo e na ignorância. Quando as comunidades religiosas e os terreiros celebravam e festejavam, o racismo estava à espreita e agia; mães e pais de santo eram rendidos e presos, tratados como contraventores e os seus bens sagrados eram confiscados como peças de um crime que nunca existiu.

Vários objetos sagrados apreendidos eram reportados nos jornais de época, como “instrumentos de feiticeiros”, “coisas esquisitas”, “bugigangas”, “mandingarias” e outras referências perniciosas.⁹ As fotos

presença de terreiros de candomblé e umbanda no estado. Esse foi o caso da senhora Michele Dias Abreu, que se considera cristã e que “compartilhou um vídeo em seu Instagram associando as enchentes no Rio Grande do Sul à presença de terreiros de religiões de matriz africana na região”. O nome disso não é intolerância religiosa, é racismo religioso e é crime. Ver: <<https://www.terra.com.br/nos/influenciadora-culpa-religioes-de-matriz-africana-por-enchentes-no-rs-ira-de-deus,ef430ab22b53ca9652473ea4c943f7c5nggm5qir.html>> (acesso em 19/05/2024).

⁶ A experiência de Mãe Nilce de Iansã neste e em alguns outros parágrafos passa à frente. É ela quem fala e relata as experiências e as consequências do racismo religioso que viu, vivenciou e sofreu.

⁷ Ver a matéria que trata dos denominados “Traficantes de Jesus”, publicada no canal uol: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/15/traficantes-de-jesus-policia-e-mpf-miram-intolerancia-religiosa-no-rio.htm>> (acesso em 19/05/2024).

⁸ Ver a matéria que trata do “narcopentecostalismo”, publicada no canal BBC News Brasil: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj5ej64934mo>> (acesso em 19/05/2024).

⁹ Ver, entre outros periódicos: Gazeta de Notícias (Suplemento), “Instrumentos de Feiticeiro”, 24/07/1904, p. 8. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=macumba&pagfis=8040>;

davam um toque sensacionalista às matérias, chamando a atenção dos leitores, sem muitas palavras, para uma hipotética relação entre os objetos sagrados afro-brasileiros e a magia negra, o sortilégio, o mau, o demoníaco. Nada sugeria que havia ali formas culturais de viver a religiosidade. Nada era noticiado como manifestações religiosas ancoradas em tradições de longa duração. Descaradamente, o que se apresentava era o desprezo aos sentidos e fundamentos das religiões afro-brasileiras.

Olhando de outro ângulo: diabos, demônios, satanases e lucíferes são construções religiosas, míticas e simbólicas das tradições ocidentais judaico-cristãs, presentes, inclusive, em textos bíblicos e não fazem parte das religiões de tradições indígenas e afro-brasileiras que além de serem diversas, não se ancoram em livros sagrados, mas em tradição oral; ainda assim, associações espúrias e negativas foram feitas tentando estabelecer vínculos falsos entre estas diferentes manifestações religiosas, com o objetivo nítido de criminalizar, desqualificar, desvalorizar e demonizar as tradições religiosas afro-brasileiras.

Imagens de mãos e pais santo em poses forçadas, adicionavam compreensões racistas ao que estava escrito nos jornais, impactando o público leitor que, a cada dia, como rotina, encontrava na imprensa novas formas de profanação do sagrado.¹⁰ A Noite, O Paiz, Gazeta de Notícias, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Globo, entre outros jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, intoxicavam suas páginas com ataques às religiões afro-brasileiras, influenciando o imaginário social e, de algum modo, moldando-o na ideia de que essas religiões não são religiões, mas sim formas de explorar a credulidade pública. Na atualidade, papel semelhante é ocupado e praticado pelas redes sociais, pelas plataformas digitais, e sua exponencial produção de desinformação e *fake news* com orientações racistas.

Por esta porteira racista, tentava-se desacreditar toda herança cultural religiosa ameríndia, africana, ancestral e milenar, que se firmou e construiu formas de viver e reexistir no Brasil desde o início do período da escravização; de igual modo, tentava-se desacreditar, ainda que sem nenhum sucesso, a conexão espiritual e harmoniosa com os elementos da natureza, as crenças, os valores e costumes, o modo de estar no mundo cultuando divindades não-cristãs, vivenciando e atualizando as tradições que lhes deram origem.

Como diz Luiz Antônio Simas:

(...) engana-se quem acha que o racismo se limita ao campo da percepção social das características físicas; certamente a sua manifestação mais odiosa. Ele é um fenômeno que se desdobra em outros campos de percepção. Uma das mais frequentes, praticada e menos percebida manifestação do racismo, se estabelece a partir da inferiorização dos bens simbólicos daqueles a quem o colonialismo submeteu. Quando consideramos que as crenças, danças, comidas, visões de mundo, formas de celebrar a vida, enterrar os mortos, educar as crianças etc. de determinados grupos são inferiores, estamos operando no campo do racismo. (SIMAS, 2016).

Alguns objetos sagrados permaneceram “presos” na polícia por mais de um século. Em 1912, com a criação da Escola Científica da Polícia do Rio de Janeiro¹¹, foram postos em uma espécie de “sala de aula”, mal

A Noite, “A polícia bateu à Porta do Céu. E, entrando no candomblé viu cousas esquisitas”, 11/09/1920, p.4.

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/docreader.aspx?bib=348970_02&pagfis=1407>; Gazeta de Notícias, “A prisão dos crentes e apreensão de bugigangas”, 18/07/1920, p. 7.

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq=candombl%C3%A9&pagfis=1671>; Jornal do Brasil, “A macumba incomoda”, 13/12/1925, p.11.

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&Pesq=Macumba&pagfis=42864> (acesso em 04/05/2024).

¹⁰ Ver, entre outros: Gazeta de Notícias, 04/04/1914, p. 2, “Vítima de falso espiritismo” <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=espiritismo&pagfis=31477> e A Noite, 13/01/1936, p. 31. “Farofa amarela e azeite de dendê...” <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=%22Rua%20Salda%20Marinho%22&pagfis=28221> (acesso em 04/05/2024).

¹¹ “Com a criação do Estado da Guanabara em 1960, a Escola de Polícia passa a se chamar Academia de Polícia. Em 1984, a Lei nº 761, de 29 de junho, alterou o nome da instituição para Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra, em homenagem ao Delegado”. <<http://www.policiacivilrj.net.br/acadepol.php#:~:text=A%20Academia%20Estadual%20de%20Pol%C3%ADcia,policiais%20nos%20quadros%20da%20corpora%C3%A7%C3%A3o>> (acesso em 22/03/2024).

percebida como espaço de museu, ao lado de armas, documentos falsos e outros produtos da contravenção. Nessa sala, turmas de cadetes eram treinadas na reconstituição de cenas de crimes. Em 1945, esses objetos sagrados foram transferidos para o então recém-criado Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, atual Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Dito de outra forma: o conjunto de objetos sagrados foi incorporado a um museu criminal. Isso não é casual nem irrelevante. As religiões de matriz africana no Brasil foram (até onde se sabe) o único segmento religioso que teve os seus objetos sagrados depositados e expostos em um museu do crime, mas, a rigor, é impossível prender o que não cabe na prisão.

III. Liberte Nosso Sagrado

O povo de Axé exigiu a libertação dos seus bens sagrados e encontrou força, perseverança e liderança na figura de Mãe Meninazinha de Oxum, Iyalorixá do terreiro Ilê Omolu Oxum, localizado no bairro de São Mateus, no município de São João de Meriti, estado do Rio de Janeiro. Mãe Meninazinha conta que desde criança ouviu de sua avó biológica e mãe de santo, Iyá Davina, e de muitos outros mais velhos, que era preciso tirar “as nossas coisas das mãos da polícia” (OXUM *et al.*, 2021, p. 75). Cresceu com o sentimento de responsabilidade nessa luta, como quem recebeu uma missão especial. Ela diz:

Muitos dos nossos pais de santo, mães de santo, ialorixá, babalorixá, foram agredidos fisicamente, foram presos, jogados numa delegacia. E nossos bens sequestrados. Nossos bens são a nossa riqueza, o nosso ouro, o nosso sagrado, que pra nós vale muito, mais que ouro, tem muito valor. E pra polícia, não. Nós fomos taxados de bruxos, feiticeiros e não é isso, nós cultuamos orixás, que são elementos da natureza. (OXUM, 2017, p. 51).

Passaram-se décadas de luta, em que Mãe Meninazinha de Oxum, ao lado da comunidade de santo, buscou e conseguiu, progressivamente, o apoio de movimentos sociais, de artistas e de autoridades políticas. Em 2017, foi organizada a Campanha Liberte Nosso Sagrado, movimentando audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e na Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro.¹²

¹² A primeira Audiência Pública, após o lançamento da Campanha Liberte Nosso Sagrado, ocorreu em 19 de setembro de 2017, organizada na Alerj pelas Comissões de Direitos Humanos; de Cultura; e de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional. No ano seguinte, em 21/06/2018, foi organizado um debate sobre racismo religioso e cultura africana na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, com a presença do Movimento Não Mexa na Minha Ancestralidade. O evento foi aberto ao som de atabaques e grande xirê. Em 08/11/2019, nova Audiência Pública foi organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj, sendo realizada no Ilê Ase Omiojuaro, em Miguel Couto, Nova Iguaçu. Tratou-se de resposta a uma série de violações ocorridas em diferentes terreiros do estado do Rio, envolvendo invasões, apedrejamentos e destruição de espaços e objetos de culto. Entre outros, ver: G1, 25/07/2018. “Terreiro de candomblé é vandalizado pela quarta vez em Búzios, RJ, e líder religiosa desabafa: 'Basta de intolerância'”, por Mateus Marinho. <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2018/07/25/terreiro-de-candomble-e-vandalizado-pela-quarta-vez-em-buzios-rj-e-lider-religiosa-desaba-basta-de-intolerancia.ghtml>> (acesso em 04/05/2024); e G1, 12/07/2019. “Terreiro de candomblé é destruído em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense”, por Tatiana Nascimento. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/12/policia-identifica-trafficantes-suspeitos-de-destruir-terreiro-de-candomble-em-caxias.ghtml>> (acesso em 04/05/2024)

Àquela altura, parte da imprensa passou a dar visibilidade ao absurdo de o Museu da Polícia manter em guarda forçada um conjunto com mais de quinhentos objetos das religiões afro-brasileiras¹³, e mesmo a então diretora do Museu da Polícia, Gisele Brasil Vilarinho Faro, apoiou a Campanha¹⁴.

Depois de anos de luta, a Campanha Liberte Nosso Sagrado alcançou êxito e conseguiu transferir do Museu da Polícia Civil para o Museu da República, no dia 21 de setembro de 2020, o conjunto de 519 objetos sagrados.

IV. Museologia Social em movimento

A escolha do Museu da República como nova morada do Acervo Sagrado ocorreu por iniciativa do grupo religioso que protagonizou a Campanha Liberte Nosso Sagrado. A direção do Museu foi procurada, em junho de 2018, e colocada de modo explícito diante da seguinte questão: a direção do Museu da República aceitaria receber o Acervo Sagrado, acolhendo a sua libertação e agindo para garantir o respeito e os cuidados necessários?¹⁵

O Museu da República já então se afirmava como museu social, na contramão das formas conservadoras que, sobretudo, até as duas últimas décadas do século XX, preponderaram no campo das práticas museais no Brasil. Ganhava força o debate em torno do papel dos museus no enfrentamento dos problemas sociais. O desafio era desconstruir propostas apoiadas exclusivamente na memória do poder e na representação de experiências relacionadas aos setores dominantes da sociedade e abrir possibilidades de trabalho associadas ao poder da memória¹⁶.

Nessa chave, o Museu da República se apresentava como espaço ancorado na diversidade cultural brasileira. A agenda de eventos da instituição contemplava a defesa de um museu plural e participativo nas decisões sobre quais memórias devem ser preservadas para a construção de um mundo social mais justo e inclusivo.

Assim, é como instrumento de valorização das diversas matrizes culturais e populares do Brasil que o Museu da República teve a honra de receber o acervo Nosso Sagrado, nos termos de uma reparação de justiça e como dever de ofício¹⁷.

¹³ Entre outros, ver: Repórter Brasil, 30/06/2017. “Campanha Liberte Nosso Sagrado procura reaver objetos de culto”, por Luciana Barreto. <<https://www.facebook.com/watch/?v=1711195185587730>> (acesso em 04/05/2024); The Intercept Brasil, 04/07/2017. “Religiosos lutam para libertar Orixás da polícia”, por Juliana Gonçalves. <<https://theintercept.com/2017/07/04/religiosos-lutam-para-libertar-orixas-da-policia/>> (acesso em 04/05/2024); Carta Capital, 18/09/2017. “Patrimônio sagrado permanece no Museu da Polícia Civil. Movimento afro-brasileiro do Rio de Janeiro pede liberação das peças”, por Luciana Rodrigues. <<https://biblioo.cartacapital.com.br/museu-da-policia-civil/>> (acesso em 04/05/2024); Agência Brasil, 19/09/2017. “Grupo de trabalho definirá destino de peças religiosas apreendidas no século 20”, por Isabela Vieira. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-09/grupo-de-trabalho-definira-destino-de-pecas-religiosas-apreendidas-no-seculo>> (acesso em 04/05/2024); O Globo, 15/05/2018. “Peças de religiões de matriz africana apreendidas pela polícia estão no centro de disputa” por Eduardo Vanini. <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/pecas-de-religoes-de-matriz-africana-apreendidas-pela-policia-estao-no-centro-de-disputa-22680942>> (acesso em 04/05/2024); BBC News Brasil, 20/08/2019. “A longa luta para tirar itens sagrados de umbanda e candomblé do Museu da Polícia, que os confiscou há mais de um século”, por Júlia Dias Carneiro. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49377670>> (acesso em 04/05/2024); e Folha de S. Paulo, 31/08/2020. “Ela não quer guerra com ninguém”, por Rita de Cássia Hipólito. <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/ela-nao-quer-guerra-com-ninguem.shtml>> (acesso em 04/05/2024)

¹⁴ Agência Brasil, 10/08/2020, “Polícia enviará acervo apreendido de terreiros ao Museu da República”, por Vinícius Lisboa. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/policia-enviara-acervo-apreendido-de-terreiros-ao-museu-da-republica>> (acesso em 04/05/2024).

¹⁵ Na ocasião, três condições foram acordadas: 1ª. A transferência do acervo sagrado, do Museu da Polícia Civil para o Museu da República, deveria ser considerada como um gesto de reparação; 2ª. A lida com o Acervo Nosso Sagrado deveria ser amparada na Gestão Compartilhada (Museu da República e Casas de Santo) e 3ª. A luta para a libertação do Acervo Sagrado deveria continuar sendo protagonizada pelas lideranças religiosas.

¹⁶ A respeito do debate entre a memória do poder e o poder da memória ver CHAGAS, 2002.

¹⁷ “Mario Chagas faz questão de repetir: a equipe do Museu da República não faz favor em acolher o acervo, está simplesmente cumprindo o seu dever de ofício” (OXUM *et al.*, 2021, p. 20).

V. Diferentes saberes envolvem o Nosso Sagrado

Com a transferência do Nosso Sagrado para o Museu da República, foi constituído um Grupo de Gestão Compartilhada para os cuidados com o acervo, composto pelas lideranças religiosas que protagonizaram a sua libertação e que firmaram toda uma rotina de interação com a equipe do Museu da República.

O Grupo rebatizou o acervo, antes denominado pela polícia de “Coleção Museu da Magia Negra”. A denominação afrontosa era rejeitada pela comunidade de santo e acabou por ser retificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 21 de março de 2023. O acervo foi então oficialmente nomeado de Nosso Sagrado, conforme orientação de Mãe Meninazinha, apoiada por todo o Grupo.¹⁸

A renomeação do acervo não foi simples. Em 05 de maio de 1938, o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Iphan, criado com atribuições de proteção legal dos bens culturais chancelados como patrimônio oficial público¹⁹, havia determinado o tombamento dos objetos sagrados confiscados pela polícia, que àquela altura contavam com algo em torno de duzentos itens. O conjunto foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com a denominação de “Coleção Museu de Magia Negra” – reafirmando os movimentos preconceituosos do Estado em relação às religiões afro-brasileiras.

A formação do Grupo de Gestão Compartilhada garantiu a participação direta, com poder de decisão, de onze casas religiosas de candomblé e umbanda, em todas as ações relacionadas ao acervo. Essa ação além de dinamizar e valorizar o trabalho sobre a coleção, compensa as limitações da equipe técnica do Museu da República no tocante à dimensão sagrada desse acervo. Ou seja, a formação do Grupo de Gestão Compartilhada é chave. Os religiosos detêm saberes essenciais ao Nosso Sagrado. É preciso compreender que o respeito às religiosidades afro-brasileiras exige respeito ao Nosso Sagrado e que o Sagrado se manifesta também nos modos como é organizado, exibido, restaurado, tudo envolvendo delicadezas próprias às vivências espirituais. Aqui estamos diante de aprendizados inovadores para o campo dos museus e do patrimônio, tanto o Ibram, quanto o Iphan, precisam aprender a lidar e a respeitar outros saberes, especialmente no que se refere ao Nosso Sagrado.

A participação do Grupo de Gestão Compartilhada em todos os fazeres relacionados ao Nosso Sagrado dá-se a partir de diálogos contínuos e do acompanhamento crítico de cada ação realizada. Juntos, publicamos artigos em periódicos científicos, participamos de eventos culturais, compartilhamos eventos acadêmicos, decidimos os rumos do Acervo Nosso Sagrado e ganhamos o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (Iphan), em 2023.

VI. Racismo é crime (ainda que seus autores tentem se pendurar em formas de dominação e no desejo de desqualificar as religiões afro-brasileiras)

O racismo religioso no Brasil tem como um de seus componentes estruturantes a reprodução de teorias científicas em voga na Europa, que ganharam aceitação ao longo do século XIX, influenciando a formação de um Estado Imperial escravocrata e a proclamação de uma República excludente e racista.

O projeto de consolidação do Estado Imperial brasileiro visava à constituição de uma nação integrada e coesa. Isto em um cenário de lutas autonomistas e de forte rejeição à ideia de um governo centralizado e soberano.²⁰ Esse projeto teve no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, um pilar institucional importante.

O IHGB, que tinha Pedro II como seu patrono, nasceu com a tarefa de produzir uma História do Brasil que legitimasse o Estado Imperial como uma comunidade nacional integrada²¹. Foi particularmente influenciado por duas referências filosóficas: o evolucionismo social e o pensamento iluminista.²²

A visão evolucionista supôs a inferioridade dos povos e dos territórios colonizados. Entre os seus divulgadores, encontram-se o naturalista francês Georges-Louis Buffon (1834) que desenvolveu a ideia da

¹⁸ O documento pode ser conferido no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 4268753 e o código CRC 1B28B0DE.

¹⁹ Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> (acesso em 30/03/2024)

²⁰ Ver MATTOS, 2004.

²¹ O assunto é desenvolvido, entre outros, em GUIMARÃES, 1988 e VERSIANI, 2018.

²² Excelente análise em torno das teorias científicas racistas está em SCHWARCZ, 1993.

“infantilidade” ou “imaturidade” do continente americano e o holandês Cornelius De Pauw (1768-1769) que cunhou a noção de “degeneração americana” e supôs que existiria na América uma espécie de problema patológico intrínseco, que condenava o continente à degeneração. Tudo na América, o clima, os modos de viver da população originária, segundo o holandês, evidenciaria uma tendência à degeneração.

As ideias desses homens brancos formatados à europeia vestiam-se com a capa da ciência e propunham uma hierarquização dos territórios, inferiorizando os territórios colonizados, cinicamente “justificando”, inclusive, a colonização. A compreensão positivista era a de que todos os povos deveriam passar por um mesmo e único processo evolutivo, cumprindo determinadas etapas. Os colonizados não teriam cumprido as etapas do progresso e do desenvolvimento, precisando ser resgatados do atraso.²³ O modelo superior de civilização seria a Europa colonialista. Eis a conexão explícita entre a modernidade, o colonialismo e o racismo.

No Brasil, essas teorias apareceram com a marca da escrita produzida no IHGB, na medida em que a História era compreendida como algo que se organiza dentro da regularidade de uma única linha evolutiva, um único caminho plausível na direção do progresso. Nessa linha imaginária, o Estado Imperial brasileiro foi posicionado como o maestro da marcha do Brasil rumo à civilização, e todos os conflitos de uma sociedade desigual, atravessada pela escravização e pela submissão das populações indígenas, eram minimizados e invisibilizados pela ideia de uma nação hipoteticamente coesa e integrada.

Um membro conhecido do IHGB, Francisco Adolfo Varnhagen (1981 - 1ª ed. 1870), chegou a defender explicitamente que a nação brasileira tinha os seus alicerces – a base da sua linha evolutiva – na colonização. Para Varnhagen, o Brasil era a nação que representava a civilização europeia no Novo Mundo.

Educar os brasileiros era ensinar que os valores civilizatórios europeus eram soberanos – o que deixa ver o quanto é perigosa a ideia, muito presente no senso comum, de que a solução dos problemas do mundo está na educação. Se não cuidamos de explicitar sobre qual educação estamos falando, corremos o risco de acreditar que a nação brasileira só avança em direção ao progresso quando é dirigida por valores colonialistas, o que se mostra como um projeto de “deseducação”, que demanda a desconstrução de sentidos sociais e pedagógicos perversos.²⁴

Outra matriz teórica que, no IHGB, influenciou os trabalhos de produção de uma História do Brasil, tem relação com o ideário iluminista e sintonia com o entendimento de que era a elite ilustrada que detinha o conhecimento sobre a História do Brasil. Assim, caberia a essa elite assumir o trabalho de ensinar sobre o passado e o presente da nação, iluminando os caminhos para o futuro.

No Brasil do século XIX, o monopólio do conhecimento sobre a história do país foi exercido pelos ilustrados do IHGB. Eram eles os notáveis, iluminados, que detinham a verdade histórica. Não por acaso, o IHGB cuidou de investir na produção de biografias daqueles considerados os ilustres da pátria, que agiam para a prosperidade da nação, a começar por Pedro II, patrocinador do instituto. Contar e recontar a história desses notáveis iluminados era a forma de ensinar sobre a História do Brasil, num esforço de convergir os sentimentos e os pensamentos de todos os brasileiros na direção dessas mesmas referências.

Regina Abreu (1996, p. 147-148) resume: “[O IHGB] privilegiava a reunião de histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria, numa direção ética e pedagógica”.

O Brasil do IHGB refletia um projeto civilizatório excludente, dirigido pelas elites e circunscrito aos princípios de uma educação europeia e branca, em que os indígenas e os negros representavam a parte a ser redimida, resgatada e integrada à nação e, se necessário, reprimida, subalternizada, ameaçada. Assim, a escrita da História ihgbiana influenciou para a formação de um determinado imaginário da nacionalidade brasileira, a partir de interpretações elitistas e excludentes. Manoel Salgado (1988, p. 10) diz: “Escrever a História brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico”.

Emblemática desse espírito civilizador, a organização de exposições universais foi muito comum na Europa do século XIX, visando à exibição dos avanços no campo da produção de diferentes países. Essas exposições eram percebidas como amostras do processo civilizatório em curso e foram acompanhadas de perto por dom Pedro II.

²³ Dois expoentes desse pensamento são o antropólogo norte-americano Lewis Morgan, 1980 (1ª ed. 1877) e o francês Gustave Le Bon, 1902 (1ª ed. 1894).

²⁴ ALMEIDA, 2018.

Regina Abreu (1996, p. 106) confirma: “Até o fim da Monarquia, o Brasil já havia participado das exposições universais mais importantes ocorridas no Ocidente, como a de 1862, em Londres, a de 1867, em Paris, a de 1873, em Viena, a de 1876, na Filadélfia, e a de 1889, em Paris”.

O racismo científico aparecia nessas exposições, especialmente em apresentações dos chamados “zoológicos humanos”. Nesses zoológicos, pessoas provenientes de povos considerados exóticos, no caso os povos não-europeus, eram exibidas, inclusive em gaiolas, como espécies selvagens, incivilizadas. Nessas exposições, o outro, o diferente, era taxado como inferior, estranho e até mesmo monstruoso.

As teorias racistas fizeram escola na nascente República brasileira e estavam presentes no Código Penal de 1890, lançando mão de enquadramentos fajutos, improcedentes, para a criminalização das práticas religiosas afro-brasileiras. Registre-se inclusive que o mesmo código penal criminalizava a vadiagem, tendo como alvo preferencial os ex-escravizados, libertos sem qualquer política pública que investisse em garantir as mínimas condições para a reconstrução de suas vidas em bases cidadãs.

VII. Pedagogia antirracista

É indispensável que os museus, as escolas, as universidades, as fundações de cultura, educação e saúde, os institutos de pesquisa e outras tantas instituições que fazem parte do aparato estatal, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) assumam de modo explícito as reflexões e práticas de uma pedagogia antirracista. Como parece ser evidente o racismo não poderia ser reproduzido se, ao mesmo tempo, não alimentasse e não fosse também alimentado por estruturas estatais.

A compreensão é que o racismo, para existir, precisa de mecanismos estatais funcionando a seu favor. Isso não quer dizer que cada pessoa, cada indivíduo, não tenha responsabilidade no combate ao racismo. Mas significa que, para combatê-lo, não basta desafiar os indivíduos racistas, sendo preciso também enfrentar as estruturas políticas, jurídicas, sociais e econômicas que se organizam e que funcionam para estabelecer e naturalizar lógicas e práticas racistas. O desafio de romper as estruturas que reproduzem relações racistas requer a construção de políticas públicas contradominantes, de reparação e de transformação social profunda.

É por esta vereda que Mãe Nilce de Iansã foi uma das fundadoras, em 2003, da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro), que, na atualidade, possui 53 núcleos regionais localizados em todo o país. A Renafro se estabeleceu como instância de articulação social e política da tradição religiosa afro-brasileira, sedimentando diálogos com profissionais da área e gestores públicos. Entre desafios e conquistas, o Conselho Nacional de Saúde, desde o dia 20 de julho de 2023, reconhece oficialmente a importância das práticas tradicionais africanas nos cuidados com a saúde, como práticas complementares ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Na mesma direção, a Renafro e o Ilê Omolu Oxum estabeleceram parceria com o Instituto Internacional Raça e Igualdade, voltado para a promoção e defesa dos direitos humanos, para a realização da pesquisa “Respeite o meu terreiro”. Coordenada por Mãe Nilce de Iansã, essa pesquisa consolidou um mapeamento da violência contra os povos de terreiro. As informações sistematizadas já estão sendo trabalhadas pela Defensoria Pública da União e são subsídios estratégicos à formulação de políticas públicas de reparação moral e material e de responsabilização criminal daqueles que atacam os terreiros.

A repercussão deste trabalho resultou também em convite realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista firmar um pacto pela paz nas eleições. Junto, Mãe Nilce foi convidada a comparecer à ONU, em Genebra, em abril de 2024, para levar recomendações expressas ao Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial.

É nesse sentido também que Mãe Meninazinha de Oxum repete com frequência que o Nosso Sagrado, após longa e persistente trajetória de resistência, deve alcançar as escolas e as instituições em geral, constituindo um instrumento pedagógico antirracista. Nosso Sagrado pode nos ajudar a democratizar o campo da Educação, recontando a História do Brasil em termos inclusivos.

A partir da identificação e valorização de múltiplas possibilidades de ação, o passo seguinte é investir na construção de políticas públicas efetivas, com diretrizes e protocolos visando à garantia da liberdade religiosa. O desafio está posto e, na arena social das disputas de interesses, segue incansável a luta no campo da democracia e a esperança de que

cada um tenha o direito de encontrar o mistério do que lhe é pertencimento, em gentileza e gestos de silêncio, toques de tambor e cantos de celebração da vida. Tudo aquilo, enfim, que se esperaria de um evento de conagração entre os povos. (SIMAS, 2016).

VIII. O sagrado patrimônio ou fratrimônio cultural

Por que alguns bens culturais são transformados em patrimônio cultural, preservados para a posteridade e valorizados como fonte de pesquisa e de conhecimento, enquanto outros não?

A resposta diz que o patrimônio cultural é uma escolha, que se faz no campo das disputas de memórias, tendo em vista a valorização de determinadas memórias em detrimento de outras. Quem decide sobre a constituição de um patrimônio cultural, decide a partir da afirmação de determinados valores sociais que se quer perpetuar. Tudo isso, tem o condão de colocar em evidência as relações entre memória, patrimônio e poder.

Nesse sentido, a patrimonialização do Nosso Sagrado descortina horizontes de possibilidades potentes de valorização dos legados da africanidade no Brasil. Quais valores sociais o Nosso Sagrado nos ajuda a afirmar? Quais problemas sociais nos ajuda a enfrentar?

O Nosso Sagrado remete a um acervo de problemas sociais, em que o racismo e o racismo religioso são atravessamentos incontornáveis. Os confiscos policiais que resultaram na formação desse acervo imputam a criminalização das religiosidades afro-brasileiras. O Nosso Sagrado expõe e questiona o racismo religioso e a ignorância em torno das práticas e dos fundamentos das religiões negras.

O Nosso Sagrado, sendo o primeiro conjunto inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Iphan, sem deixar de ser, contudo, um conjunto aprisionado na polícia, ilumina as contradições de uma política patrimonial que, durante décadas, privilegiou os bens relacionados aos setores dominantes da sociedade, desconsiderando a participação de várias matrizes étnicas e populares que contribuíram para a formação do “nacional brasileiro”, tentando passar a ideia de uma nação sem conflitos.

O Nosso Sagrado também nos ajuda a compreender que o Brasil e o Rio de Janeiro são berços da africanidade. Da África vieram e se encontraram muitas e diferentes linhas e grupos étnicos africanos, provenientes de regiões e culturas muito diversas. O acervo Nosso Sagrado expressa essa diversidade cultural e a forma como ela moldou a cultura brasileira, a cultura fluminense e a cultura carioca.

Igualmente importante é pensar o próprio campo do conhecimento a partir do Nosso Sagrado. O patrimônio no Brasil nasceu elitista e racista e esse acervo traz construções conceituais e saberes não acadêmicos que precisam ser considerados para a sua preservação, o que sugere que a elaboração do conhecimento nem sempre mora na universidade.

Entre muitos outros domínios da vida em sociedade, o Nosso Sagrado mostra-se um ator relevante na construção do conhecimento. É fonte e é objeto vivo de pesquisa, é vetor de ensino e nos ajuda a pensar a sociedade e as formas de construção e desconstrução das memórias que desejamos que sejam lembradas e valorizadas. Nesse sentido, o acervo recebido no Museu da República, nos ajuda a compreender que o Nosso Sagrado não é apenas patrimônio cultural (o que já é muito), não trata apenas de uma herança paterna; ele envolve também um matrimônio, no sentido de herança materna e, especialmente, ele nos convida a compreender, praticar, valorizar e construir um fratrimônio, no sentido de uma herança fraterna, uma herança que se produz, se inventa, se cria e se transmite no aqui e agora.

IX. Aprendendo com o Nosso Sagrado

A expressão Nosso Sagrado guarda certos mistérios e certas possibilidades de ensinamento e aprendizagem.

A palavra nosso é utilizada para designar aquilo que nos pertence e nos diz respeito, aquilo com que temos alguma relação de identidade ou pertencimento, mas também aquilo que produzimos juntos, que se origina de nós. Aqui, é importante sublinhar, não estamos nos referindo ao denominado “plural majestático”, que pode ser identificado pela escrita ou fala de alguém que se refere a si próprio usando a primeira pessoa do plural. Estamos falando do nosso como alguma coisa que vai além do eu individualista, além da autorreferência. Em nosso entendimento, a palavra nosso, neste caso concreto, refere-se a um coletivo, a um conjunto de comunidades, que se identificam e se reconhecem no Nosso Sagrado; ainda assim, a palavra nosso, nesse contexto, guarda o potente desejo de ser reconhecida e aceita como um nosso ainda mais ampliado. Esse nosso misterioso e utópico quer reunir o país na luta antirracista. Ele não quer ser apenas o nosso do povo de santo, do povo de axé, do povo de terreiro; sem proselitismos, ele quer contribuir para a unificação do povo brasileiro em torno de suas diferentes e múltiplas relações com o sagrado.

A palavra sagrado tem origem no latim (*sacrum*) com referência aos deuses ou a alguma coisa em seu poder. A etimologia da palavra sagrado é importante, mas não nos ajuda muito a compreender o sagrado sobre o qual estamos falando. Falar do sagrado, fazendo a gira girar, implica a compreensão de que o sagrado está em relação. O reconhecimento do sagrado (seja ele qual for) não é universal; não se trata de alguma coisa aceita e reconhecida por todos, ao mesmo tempo. O sagrado implica relativizações. Em todos os casos, no entanto, a relação com o sagrado envolve a transcendência, a impossibilidade da vida que se vive dar conta de todas as necessidades da vida; envolve ainda o reconhecimento de que a vida vivida que vivemos não é suficiente, precisamos de mais vida; mais vida para amar, para ser pai e mãe e amigo e amiga, precisamos de mais vida para empenhar nas causas em que acreditamos. Tudo isso significa transcendência da própria vida. A filosofia, a poesia, a ciência e a arte, a rigor, são desejos de asas no corpo que nasce (in)capaz de voar.

A expressão Nosso Sagrado abre (ou pode abrir) uma conversa com o coletivo, com o nosso, com o comum, com aquilo que nos aproxima e nos diferencia. O Nosso Sagrado tem a potência de nos unir na diferença, não precisamos praticar a mesma religião; não precisamos estar subordinados às mesmas orientações religiosas; não precisamos ter religião ou religiosidade; não precisamos ser teístas, panteístas ou ateístas; o Nosso Sagrado tem a potência de nos dizer: aqui estamos falando de transcendência, de respeito, de combate ao racismo religioso, de defesa da nossa humanidade e das nossas diferentes formas de expressar o humano; aqui estamos falando de cultura, de religiosidade e de arte. Como diz o poeta Ferreira Gullar: “A arte existe porque a vida não basta”²⁵. O mesmo é possível dizer a respeito da religião, da religiosidade e da nossa relação com o sagrado.

A arte, a filosofia, a religião e a ciência, constituem diferentes formas de conhecimento e, em nosso entendimento, são (e devem ser) tratadas como bens públicos e esse pensamento encontra respaldo em debates contemporâneos referentes à universalização do saber. A nossa compreensão é que a produção de conhecimento é um domínio colaborativo, uma vez que ninguém produz conhecimento sozinho. Invariavelmente, recorremos aos que nos antecederam, construímos diálogos e inspirações com os que vieram antes e isso é parte do conhecimento produzido.

O conhecimento é afirmado como valor, que faz toda a diferença na vida dos indivíduos, portanto, deve estar disponível para todos – o que ganha importância particular quando se trata de conhecimento produzido com recursos públicos.

A construção de conhecimento em torno do Nosso Sagrado exige compreender que esse acervo não constitui apenas um conjunto de bens materiais. O Nosso Sagrado integra gerações de pessoas que compartilham modos de viver a religião e de estar no mundo, compartilham cosmologias e visões de mundo. Essas pessoas precisam ser ouvidas e isso não é trivial. Não é trivial que os praticantes das religiões afro-brasileiras produzam registros das suas experiências. Não é trivial incorporar opiniões sobre o Nosso Sagrado que representam os pontos de vista dos praticantes das religiões afro-brasileiras. Isso permite construir uma versão da história mais plural e mais representativa, como diz Mãe Meninazinha de Oxum, é preciso contar sobre o Nosso Sagrado, para contar sobre o Brasil.

Referências

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

ALMEIDA, Silvio. *História da discriminação racial na educação brasileira*. Centro de Formação da Vila, 26 jul. 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPI_Yw> (acesso em 04/05/2024).

BUFFON, Georges-Louis. *Oeuvres Completes*. Paris: Pourrat Freres, 1834.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. In: *Cadernos de Sociomuseologia: museus e políticas de memória*, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.

DE PAUW, Cornelius. *Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'Histoire de l'Espèce Humaine*. Dissertation sur l'Amérique & les Américains. Paris: G. J. Decker, 1768-1769.

²⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25356 (acesso em 19/05/2024).

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 1988.

LE BON, Gustave. *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples*. Paris, s/e, 1902 [1ª ed. 1894].

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Editora Hucite, 2004.

OXUM, Mãe Meninazinha de; IANSÃ, Mãe Nilce de; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario. A chegada do Nosso Sagrado no Museu da República: “a fé não costuma faiá”. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (Editores). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021, p. 73-102.

OXUM, Mãe Meninazinha de *apud* PEREIRA, Pamela. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do museu da polícia*. Dissertação, UNIRIO, 2017, p. 51.

MORGAN, Lewis. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Editorial Presença, 1980 [1ª ed. 1877].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMAS, Luiz Antonio. *Carta aos membros do Comitê Olímpico Brasileiro*. Blog Histórias Brasileiras, em 05 jul. 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 [1 ed. 1870].

VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar: um acervo para a república*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.